

MARTINS, Izabella dos Santos. Um caso de polícia: a representação dos discursos no noticiário policial de dois jornais impressos brasileiros, à luz da Linguística de Corpus e da Análise Crítica do Discurso. *ReVEL*, vol. 7, n. 13, 2009. [www.revel.inf.br].

**UM CASO DE POLÍCIA:
A REPRESENTAÇÃO DOS DISCURSOS NO NOTICIÁRIO POLICIAL DE DOIS JORNAIS
IMPRESSOS BRASILEIROS, À LUZ DA LINGUÍSTICA DE CORPUS E DA ANÁLISE CRÍTICA DO
DISCURSO**

Izabella dos Santos Martins¹

izabella.martins@gmail.com

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar a representação dos discursos das fontes jornalísticas no noticiário policial dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Dia*. Foram analisados dois meses de notícias e reportagens policiais de cada jornal, e os referenciais teórico-metodológicos usados foram os da Linguística de Corpus e da Análise Crítica do Discurso. A análise dos resultados aponta para diferenças no modo de representação dos atores sociais na interação jornal-leitor, assim como para diferenças nos modos de construção da subjetividade dos leitores dos dois jornais. Conclui-se que o modo de representar os vários discursos presentes nas notícias e reportagens jornalísticas é indicativo de ideologias, e que o estudo das ordens do discurso aponta relações de poder e hegemonias que norteiam a representação dos fatos. Espera-se que o conhecimento das questões e resultados ora apresentados sejam úteis à comunidade científica, uma vez que há poucas pesquisas feitas sobre o tema abordado, especialmente nas áreas da Linguística que orientaram este trabalho. Espera-se também que o artigo possa ser relevante para a comunidade de jornalistas e produtores de jornais – uma vez que trata de tema pertinente à sua prática profissional –, bem como aos leitores de jornais – que estão em contato diário com as notícias jornalísticas, que são a materialização das práticas discursivas aqui abordadas.

PALAVRAS-CHAVE: análise crítica do discurso; reportagens policiais; processos verbais; representação do discurso.

INTRODUÇÃO

A maneira escolhida para representar os diversos discursos presentes nas notícias e reportagens jornalísticas diz muito sobre as ideologias dos jornais. Conforme afirma Chibnall (1977: x), “notícias de lei e de ordem² focalizam temas que ilustram o sistema de crenças,

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP/Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq.

² Este autor usa o termo *notícias de lei e ordem* como sinônimo de *notícias de crime* e de *reportagens policiais*.

valores e compreensão de uma sociedade”³. Baseada nessa convicção, elegi como tema da presente pesquisa a representação dos discursos, especificamente no noticiário policial.

O termo *representação dos discursos* é usado neste artigo para fazer referência à prática de reportar a fala de outras pessoas por meio do discurso direto e do discurso indireto. O termo *discurso* foi usado como alternativa ao termo *fala*, já que algumas vezes o texto que está sendo reportado é escrito e não oral, e pelo fato de seu uso ser mais facilmente associado a questões de posicionamento ideológico, fundamentais neste trabalho. O termo *representação* foi escolhido em detrimento de *reportagem* porque, como afirma Fairclough (1988), quando se reporta o discurso de alguém, não se está oferecendo uma reportagem transparente do que foi dito: há sempre uma decisão para interpretar e representar o discurso de uma maneira em vez de outra. Além disso, o termo *representação* foi preferido por ter o sentido de algo estar no lugar de outra coisa, de tornar presente, de levar à cena, de descrever e retratar; enfim, de escolher o melhor ângulo (como no caso da fotografia) para a reprodução de algo. Nos casos em que o autor parafraseado usa o termo *reportagem*, no entanto, optei por preservar esta terminologia.

O corpus da pesquisa é constituído por dois meses (fevereiro e março de 2002) de todas as reportagens e notícias policiais publicadas neste período nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Dia*. A *Folha de S. Paulo* foi escolhida pelo fato de ser então o jornal de maior circulação nacional, dirigido a leitores de classes mais favorecidas economicamente, e de ser usado como modelo por grande parte dos estudantes e professores das faculdades de Jornalismo brasileiras, bem como por diversos jornais, que muitas vezes chegam a adotar em suas redações o *Manual de Redação* daquele jornal. Já o jornal *O Dia* foi escolhido por ser o único jornal dirigido às classes economicamente menos favorecidas que então circulavam nacionalmente.

O objetivo da pesquisa é, portanto, descrever, interpretar e explicar a representação dos discursos do noticiário policial dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Dia*, analisando a maneira como os jornais constroem a interação com seus leitores baseados em estratégias de identificação.

Acima de tudo, o que deve ficar claro é que a idéia da pesquisa não é colocar a mídia como instância de parcialidade deliberada, mas chamar a atenção para o poder da linguagem, particularmente da mídia, na construção social da realidade.

Por tratar-se de resultado de pesquisa em Linguística Aplicada, e dada a escassez de

³ As traduções de todas as citações retiradas de textos que foram publicados em línguas diferentes do português são de minha autoria.

pesquisas sobre o tema, de inegável alcance social, o artigo pode interessar a professores, estudantes e pesquisadores da linguagem – especialmente àqueles que compartilham da visão da linguagem como prática social. Pelo tema abordado, o artigo pode interessar também a estudantes, professores e pesquisadores da área do Jornalismo – que, mesmo que não trabalhem com métodos e teorias oriundos da Linguística, podem valer-se de alguma maneira e em algum momento dos resultados apontados e das questões levantadas neste artigo. Por fim, o artigo pode também interessar aos jornalistas: ainda que, em geral, estes profissionais não tenham ligações com o mundo acadêmico, acredito que seria interessante o seu acesso a pesquisas que teorizam sobre sua prática: muitas vezes, os padrões do próprio discurso não são percebidos como tal, e as questões de poder que perpassam as práticas linguísticas não são abordadas sistematicamente durante a formação do jornalista.

Dessa forma, a relevância social da pesquisa está em apresentar-se como uma tentativa de ilustrar como a ideologia está presente até mesmo em textos considerados sem opinião explícita – como é o caso das notícias –, demonstrando de que maneira ela se materializa linguisticamente no texto jornalístico, mesmo que não se tenha consciência da opção feita ao se redigir um texto. Com isso, a pesquisa chama a atenção para o caráter socialmente construtivo do discurso: como estamos sempre optando por uma forma ou outra de retratar a realidade, são necessários os trabalhos que mostrem que a realidade que vemos nos jornais deve ser entendida como apenas uma das formas de retratá-la.

Conscientizados de que as práticas linguísticas são instâncias de poder e de que a realidade noticiada é uma construção linguística, temos maiores condições de perceber as instâncias sutis de manipulação ideológica e de reprodução de ideologias dominantes e contrárias ao interesse público, bem como de nos posicionarmos frente a essas práticas.

O artigo será desenvolvido da seguinte maneira: a próxima seção, denominada *Referencial teórico-metodológico*, é dividida em duas partes, denominadas, respectivamente, *A Linguística de Corpus* e *A Análise Crítica do Discurso*; a seção seguinte, denominada *A Mídia e a Representação dos Discursos*, aprofunda a revisão teórica do tema da representação dos discursos, da maneira como ela é feita na mídia em geral. Esta seção foi dividida em quatro partes: *A mídia*; *O noticiário policial*; *A representação dos discursos* e *A representação dos discursos na mídia*. O tópico seguinte, *Metodologia*, apresenta detalhadamente as etapas executadas até chegar ao resultado. A seção que se segue, *Análise dos dados*, trata das análises dos dados do corpus. Nas *Considerações Finais* são apontadas algumas conclusões obtidas a partir da análise dos resultados. Finalmente, vêm a seguir as *Referências*.

1. REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

1.1 A LINGUÍSTICA DE CORPUS

A Linguística de Corpus é, de acordo com Berber Sardinha (2000), uma área de pesquisa que tem como atividades básicas a coleta e a exploração de corpora, que é o plural da palavra corpus, em latim. Quando se fala em corpus, entende-se que estamos pressupondo uma coleção de dados lingüísticos produzidos em situações reais de uso da linguagem.

Alguns dos pressupostos da Linguística de Corpus já podem ser observados na obra de Firth (1935). Este autor propunha que o significado completo de uma palavra é sempre contextual, sendo sempre necessário que se considere o seu contexto de aparecimento para que seja proposto seu significado.

Como lembra Kennedy (1998), o uso dos corpora não constitui por si só um ramo separado da Linguística. A Linguística de Corpus seria, segundo este autor, essencialmente uma linguística descritiva adicionada de novas tecnologias. Apesar disso, as análises baseadas em corpora têm conseqüências além da descrição linguística, afetando até mesmo as metas da teoria linguística.

De acordo com Stubbs (1996), na Linguística de Corpus a linguagem é vista mais como uma questão de probabilidade do que de possibilidade. Como explica Stubbs, a visão probabilística enxerga o uso da língua como padronizado, uma vez que há colocações recorrentes, com itens ou sequências de itens tendendo a ocorrer em contextos particulares.

De acordo com Kennedy (1998), na Linguística de Corpus é proposta uma visão integrada de instância e sistema como uma coisa única vista por ângulos diferentes (assim como a gramática e o léxico).

A visão de que os textos e os gêneros têm estabilidade por causa do poder das instituições sociais nas quais eles são usados e de que estas “são sempre definidas e mantidas por causa de tipos particulares de textos” (Stubbs, 1996: 59) é pressuposto da Linguística de Corpus.

É importante ressaltar que o uso dos corpora em Análise do Discurso procura responder à questão central de como a análise de padrões gramaticais e de palavras em um texto pode contribuir para a compreensão de seu sentido (Biber *et al*, 1998). Para interpretar os dados do corpus, escolhi trabalhar com o quadro teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso, especialmente com Fairclough (1992). Um dos principais fatores que motivaram minha escolha foi o de Norman Fairclough e Michael Halliday (cuja teoria dá suporte à

Análise Crítica do Discurso) serem eles próprios herdeiros da tradição linguística iniciada por Firth, a qual norteia toda a teoria da Linguística de Corpus. Optei pelo trabalho com a Análise Crítica do Discurso também por esta teoria trabalhar centralmente os conceitos de intertextualidade e interdiscursividade, importantes aos propósitos da presente pesquisa. Dessa maneira, é para a Análise Crítica do Discurso que me volto na próxima seção.

1.2 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

É essencialmente o foco na dimensão ideológica na construção do sujeito e do discurso o que difere a Análise Crítica do Discurso das outras teorias sobre o discurso: nesta abordagem, a linguagem é tida como invariavelmente investida de poder e ideologias.

De acordo com Fairclough (1992), na Análise Crítica do Discurso, o discurso é visto como um tipo de prática social, de representação e de significação do mundo. Nesta teoria, o discurso é entendido como constituinte do social, como um modo de ação – pois é uma das maneiras pelas quais as pessoas podem agir sobre o mundo e sobre os outros –, mas é também visto como uma forma de representação – pois nele, valores e identidades são representados de forma particular. Os discursos são concebidos como não apenas reproduzindo entidades e relações sociais, mas também como as construindo de diversas maneiras, cada uma das quais posicionando os sujeitos sociais também de diferentes maneiras (Fairclough, 1992).

A linguagem é vista como capaz de constituir as dimensões do conhecimento, das relações e das identidades sociais (Fairclough, 1992), e as ideologias são vistas como significações ou construções da realidade, como “sistemas básicos de cognições sociais que regulam e organizam as ações e modos de representação dos membros de um grupo ou sociedade” (Van Dijk, 1993: 107).

Nesta abordagem teórica, as questões de poder são vistas como “sempre presentes em qualquer interação, mesmo quando não ocorrem entre falantes regulados por regras de desigualdade formal e/ou institucional” (Pedro, 1997: 21). De acordo com Pedro, o objetivo principal da teoria é mostrar como as práticas discursivas estão imbricadas com as estruturas sociopolíticas mais abrangentes.

De acordo com Fairclough (1992: 22), “qualquer evento discursivo (isto é, qualquer exemplo de discurso) é considerado simultaneamente um texto, um exemplo de prática discursiva e um exemplo de prática social”. Para considerar de forma satisfatória um evento discursivo, devem ser consideradas suas três dimensões: textual, discursiva e social.

A análise textual usa o aparato da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) de Halliday

(1985). Na LSF, a linguagem é entendida como um sistema constituído por sistemas ligados em redes, que organizam co-seleções opcionais e obrigatórias (Pedro, 1997). Cada texto é visto como simultaneamente desempenhando três metafunções: ideacional – que diz respeito à representação de idéias e experiências –, interpessoal – que diz respeito à construção da interação e negociação de significados e identidades entre os falantes, e ao grau de engajamento do produtor do texto em relação ao conteúdo por ele expresso –, e textual – que concerne à maneira como as informações vão ser organizadas de modo que o conjunto dessas possa ser visto como um todo significativo (um texto), e à maneira pela qual as informações são apresentadas como dadas ou novas em um dado contexto.

As práticas discursivas são abordadas em termos de intertextualidade e de interdiscursividade. A intertextualidade é entendida como o fenômeno de diálogo entre textos, enfocando-se a propriedade que têm de ter elementos de outros textos, e a interdiscursividade é vista como a configuração de convenções discursivas na produção do texto; a constituição de um texto a partir de discursos e gêneros diversos (Fairclough, 1993).

A terceira dimensão é a análise da prática social, que tem em vista os contextos culturais e sociais mais amplos, levando em consideração, primordialmente, o conceito de hegemonia no sentido de um modo de dominação baseado em alianças, em consentimento, na incorporação de outros grupos através de sua subordinação. De acordo com Fairclough (1992), a hegemonia constitui um foco constante de luta entre classes sobre pontos de maior instabilidade. Nas palavras do autor:

“A hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um ‘equilíbrio instável’” (Fairclough, 1992: 122).

No trabalho com a Análise Crítica do Discurso, baseio-me neste artigo principalmente nos trabalhos de Fairclough (1988; 1992; 1993; 1995).

A seguir, discuto algumas questões sobre o funcionamento da mídia como instituição social, seguindo-se a elas algumas características do noticiário policial.

1.3 A MÍDIA

Segundo Rodrigues (1988), a mídia, entendida como instituição social, tem sua legitimidade expressiva e pragmática delegada das restantes instituições, estando, portanto, estruturada segundo os princípios da estratégia da composição dos objetivos e dos interesses dessas diferentes instituições. Como observa o autor, às vezes essa composição apresenta

modalidades de composição e, às vezes, modalidades conflituais. Ao mesmo tempo, porém, as funções de mediação também se constituem como uma ordem axiológica própria e, portanto, como esfera legítima autônoma: a composição dos diferentes campos passa a ser estratégica.

Assim, ainda de acordo com Rodrigues (1998), a mídia é submetida a diferentes pressões contraditórias: a das diferentes instituições que a ela delegaram a função de mediação; a pressão do interesse público (interesse este que é o único assumido publicamente) e, finalmente, a pressão mercadológica dos donos dos jornais e, principalmente, dos anunciantes, que concebem o jornal primeiramente como um produto comercial.

Uma estratégia poderosa da mídia para evitar o conflito entre as instituições por ela mediadas é, segundo Rodrigues, a neutralização, que pode consistir na “justaposição das posições dos diferentes campos a apresentar-se sob a figura do ‘dar a palavra a’” (Rodrigues, 1988: 159). A sedução e a simulação do real, conforme o autor, são as outras duas estratégias das quais lança mão a mídia para obter cooperação das outras instituições sociais. A sedução – caracterizada como “o processo por excelência da produção jornalística” (Rodrigues, 1988: 160) – acontece quando se neutraliza as razões divergentes e os conflitos através do envolvimento afetivo e não através da repressão, do apelo à pulsão em detrimento da reflexão, enquanto que a simulação do real tem a ver com a tentativa de se mostrar a realidade do jeito mais conveniente possível, do modo que mais evitaria o conflito.

A representação da subjetividade dos leitores como estratégia de interação é outro tema de grande interesse quando o objeto de uma pesquisa é a mídia. De acordo com Tannen (1988), a cognição tem base emocional. Uma das estratégias linguísticas para criar envolvimento, de acordo com a autora, é requerer a participação da audiência para fazer sentido, principalmente através da técnica de contar histórias. Segundo Tannen, se a narrativa combina com a experiência de mundo e com os valores do leitor, cria um sentido de “universo compartilhado”, de experiência e de discurso. Ela afirma que a identificação é a base do conhecimento subjetivo.

Por fim, compete lembrar, conforme Fowler (1991), que as notícias – um dos principais produtos da mídia – são representações de mundo na linguagem, e pelo fato de serem um código semiótico, impõem uma estrutura de valores, significados e visão de mundo – nas palavras de Rodrigues (1988), uma ordem axiológica própria. De acordo com Fowler, nenhuma escolha lingüística seria, portanto, aleatória: diferentes modos de expressão da realidade carregariam consigo diferentes ideologias.

Com essas considerações em mente, vejamos algumas características do noticiário policial.

1.3.1 O NOTICIÁRIO POLICIAL

De acordo com Caldas-Coulthard (1997: 38), o fato de crimes serem noticiados tem um significado ideológico: para ela, este tipo de notícia “interpreta e enfatiza mudanças nos padrões de comportamento e, fazendo isto, identificam-se as principais crises da lei e da ordem”.

Como aponta Chibnall (1977: x), “notícias de lei e de ordem’ focalizam temas que ilustram o sistema de crenças, valores e compreensão de uma sociedade”. Para ele, este é o tipo de notícia em que as ideologias latentes da mídia mais se tornam explícitas.

Chibnall (1977) aponta ainda o caráter de certa forma repressor das notícias policiais. “Crime e desvio representam, simultaneamente, um desafio para a visão liberal e consensual da sociedade por parte dos jornais e uma fonte de reforço ideológico”.

Assim, o noticiário policial nos diria o que é certo e o que é errado. As visões de mundo divergentes da dominante, que vêm à tona através dos atos classificados como criminosos e desviantes que são noticiados na mídia são contestadas, e neste ponto é evidente o papel da mídia como mantenedora do *status quo* (Caldas-Coulthard, 1997). A autora afirma que o noticiário policial representa, ao mesmo tempo, também um ataque ao símbolo da ordem na sociedade, pois mostra que alguma coisa não vai bem.

Caldas-Coulthard (1997) observa que o constante uso de representantes das instituições da Polícia e da Justiça como fontes das reportagens representa simbolicamente os valores da ordem vigente. Como fontes privilegiadas, policiais, juízes, promotores e advogados controlam o conteúdo das notícias apresentadas, pois a reportagem jornalística é grandemente baseada em seus relatos.

A seguir, discuto o tema da representação dos discursos na abordagem da Análise Crítica do Discurso. Logo após, discuto mais detalhadamente a representação dos discursos tal como é feita na mídia.

1.4 A REPRESENTAÇÃO DOS DISCURSOS

De acordo com Halliday (1985), a representação da fala pode ocorrer de duas maneiras principais: em uma delas, ocorre construção das palavras; na outra, observa-se construção de significado, por meio da expressão de uma idéia, ao invés da repetição exata das palavras originalmente pronunciadas. Para o primeiro caso, em que há relação de

interdependência entre as orações, ambas com igual status, Halliday dá o nome de *parataxe* – neste caso, configura-se o discurso direto; na parataxe, a oração que contém o discurso projetado é chamada de *locução*. Exemplo de discurso direto extraído do corpus: "*Além disso, a mãe poderia participar de programas de apoio e orientação familiar*", afirmou. Para o segundo caso, em que há relação de dependência da oração reportada em relação à oração reportante, Halliday dá o nome de *hipotaxe* – neste caso, configura-se o discurso indireto; na hipotaxe, a oração que contém o discurso representado é chamada de *idéia*. Exemplo de discurso indireto extraído do corpus: *O promotor afirma que, em casos como esse, o garoto deveria ter tratamento psicológico.*

Segundo Maldonado (1991), pode ser considerado discurso indireto qualquer procedimento de citação não literal. O discurso direto, por sua vez, consiste na “reprodução literal de palavras próprias ou alheias” (Maldonado, 1991: 16), consistindo nas citações que apresentam intenção de literalidade. Thompson (1994) enfatiza que as aspas são as principais indicadoras do discurso direto.

Na visão deste autor, são também considerados casos de discurso indireto aqueles em que a expressão introdutora não apresenta um verbo de elocução, mas um item que o autor nomeia como *adjunto de reportagem* (1994: 20), que pode ser uma oração não finita, uma oração finita subordinada, um advérbio ou um sintagma preposicional. Adoto o termo *adjunto de reportagem* nesta pesquisa também pelo fato de *adjunto* ter o significado de substituto, suplente, conforme o dicionário Aurélio (Ferreira, 1988). Neste caso, é o verbo de elocução que está sendo substituído. Thompson (1994) chama a atenção para o fato de que, numa reportagem, o adjunto é o elemento que vem primeiro na oração, antes do sujeito, e não depois dele. De acordo com esse autor, mostrar, antes de tudo – como acontece quando se usa algum adjunto de reportagem –, que o discurso reportado é de outrem, aumenta a distância do repórter em relação ao discurso reportado. Exemplo de uso de adjunto de reportagem, extraído do corpus: *Segundo a Polícia Federal de Roraima, dois motoqueiros armados invadiram o local por volta de 1h e renderam o vigilante Antônio dos Santos, que estava sozinho.*

Os casos em que a expressão introdutora de um discurso direto – chamada por Thompson (1996: vii) de *reporting signal*, ou “a parte da reportagem que diz a você que esta é uma reportagem” – não contém um verbo de elocução são considerados por este autor como casos de discurso direto. Nestes casos, em que não há verbo de elocução nem adjunto de reportagem, Thompson deixa claro que a pontuação pode agir como *reporting signal*, ou, numa tradução livre, como sinalizadora de discurso representado. A postura do autor de considerar os dois pontos como sinalizadores do discurso direto foi adotada por mim nesta

pesquisa, uma vez que negligenciar esta estrutura me pareceu uma atitude arbitrária, dada a sua presença constante no corpus analisado. Segundo Thompson, o uso deste recurso é feito quando se deseja enfatizar o que foi dito, e não o fato do que foi dito ter sido uma reportagem. Ele também observa que este recurso é usado para tornar a narrativa mais dramática, uma vez que o discurso representado é apresentado como se estivesse sendo proferido em tempo real, despistando seu caráter de reportagem. Exemplo de uso dos dois pontos como sinalizadores de discurso representado: *Segundo o delegado Alan Turnowski, titular da DRFA, os policiais o levaram para o Hospital Getúlio Vargas, Penha, onde morreu: "Ele estava na garupa de uma moto e começou a trocar tiros com os policiais. Jorge estava em liberdade condicional, foi preso por tráfico em 96 e porte de drogas ano passado".*

Caldas-Coulthard (1994) classifica os verbos de elocução⁴ baseada na sua função. Seguindo a autora, as categorias com as quais trabalho são:

– Verbos de elocução *neutros/estruturais*: são aqueles que indicam um discurso sem avaliá-lo ou interpretá-lo explicitamente. Exemplos desta categoria são os verbos *falar, dizer e perguntar*.

– Verbos de elocução *performativos ilocucionários* (metaproposicionais): são aqueles que interpretam o ato de fala, nomeando a proposição do falante e tornando explícita a força ilocucionária do discurso indicado por ele – mesmo que o sentido apreendido pelo repórter não seja o mesmo pretendido pelo falante original. Os verbos deste grupo sempre significam algo além do ato de dizer. Exemplos são os verbos *narrar, observar e jurar*.

– Verbos de elocução *descritivos*: descrevem a interação representada e indicam a maneira de dizer ou a atitude do falante em relação ao que foi por ele dito. Exemplos são os verbos *murmurar, gritar e gemer*.

– Verbos de elocução *transcritivos*, ou sinalizadores do discurso: não são verbos locucionários, mas frequentemente acompanham o discurso direto. Marcam a relação do trecho citado com outras partes do discurso. Exemplos desta categoria: *prosseguir, continuar e pausar*.

Na seção seguinte, discuto a maneira como a mídia trabalha com a representação dos discursos das fontes jornalísticas.

⁴ Uso aqui o termo *verbos de elocução*, e não *processos verbais* porque este não implica necessariamente discurso reportado, recebendo esta classificação todos os verbos que exercem função de dizer alguma coisa. Como apenas os que introduzem discurso direto e/ou indireto interessavam para a análise, preferi usar o primeiro termo.

1.4.1 A REPRESENTAÇÃO DOS DISCURSOS NA MÍDIA

Conforme Caldas-Coulthard (1997), na maioria das vezes as notícias são sobre eventos que não foram presenciados ou diretamente observados pelo repórter. Dessa forma, as notícias são essencialmente o que é dito sobre um fato. As pessoas que presenciaram um acontecimento que será retratado pela mídia, que são consultadas para a construção da reportagem, recebem o nome de fontes – que podem ser primárias (participantes do episódio a ser narrado ou que o presenciaram) ou secundárias (pessoas que contam ao repórter o que foi dito por uma fonte primária). Em grande parte das vezes, conforme lembra Bell (1991), o que os jornalistas reportam é fala, e não ação, como acontece em todas as vezes em que são utilizadas as fontes cujos discursos são representados.

Conforme Caldas-Coulthard (1997), as fontes são aceitas em ordem hierárquica; assim, muito do que é reportado é ligado às estruturas de poder. De acordo com Bell (1991), “as notícias são o que uma fonte de autoridade conta a um jornalista”. Como aponta este autor, a fonte ideal das notícias é aquela cujas palavras sejam elas próprias notícias.

Os discursos das fontes representados nas reportagens são exemplos de intertextualidade. Halliday (1985: 287/8) refere-se à noção de projeção, que é uma relação entre processos, "a relação lógico-semântica pela qual uma oração vem a funcionar não como uma representação de uma experiência não-linguística, mas uma representação de uma representação linguística". Este intertexto apresenta características peculiares. Segundo Caldas-Coulthard (1997: 60), “a fala representada é sempre um discurso mediado e indireto, já que é sempre produzido por alguém que interpreta os atos de fala representados de acordo com seu ponto de vista”. É, portanto, uma característica básica das notícias e reportagens a presença implícita ou explícita de outros textos e de outros autores (Bell, 1991).

O discurso direto e o discurso indireto têm a função de legitimar o que foi relatado (Caldas-Coulthard, 1997). Fairclough (1988), tratando do tema do discurso direto e do discurso indireto nas notícias, usa o termo *representação do discurso*, segundo ele, por dois motivos. O primeiro seria o fato de as palavras representadas não serem necessariamente proferidas pela fonte, podendo também ter sido escritas por ela – daí a preferência pelo termo *discurso*, mais abrangente do que *fala*; o segundo motivo alegado por Fairclough é o fato de que, quando se reporta o discurso de alguém, não se está oferecendo uma reportagem transparente do que foi dito: há sempre uma decisão para interpretar e representar o discurso de uma maneira em vez de outra – daí, a preferência pelo termo *representação*, no lugar de *reportagem*.

Na próxima seção, descrevo a metodologia de que fiz uso durante as várias etapas da presente pesquisa.

2. METODOLOGIA

2.1 O CORPUS

O corpus desta pesquisa é formado por 169.534 palavras de notícias e reportagens sobre crimes publicados na *Folha de S. Paulo* e de 91.061 palavras também de notícias e reportagens sobre crimes publicados em *O Dia*. Para os propósitos desta pesquisa, o período de publicação do noticiário foi o critério de comparabilidade, privilegiado em detrimento de outros como, por exemplo, o tamanho e o número equivalente dos textos dos dois jornais. Assim, como as notícias e reportagens da *Folha de S. Paulo* são geralmente maiores que as de *O Dia*, o tamanho do corpus formado por seus textos é maior que o do formado pelos textos de *O Dia*. O tamanho diferente dos dois jornais não influenciou as análises, já que o que levo em consideração nesta pesquisa são as porcentagens de cada categoria analisada, não os números absolutos. Explico: foram contabilizadas todas as ocorrências de discurso direto e de discurso indireto separadamente nos dois jornais, com cada uma das duas sendo considerada como representando 100%; cada item introdutor de discurso foi considerado em relação a estas grandezas, podendo-se calcular sua quantidade de uso em relação ao total. Dessa forma, qualquer que fosse o número de ocorrências de itens introdutores de discurso no jornal em questão, a comparação poderia ser feita, já que o critério utilizado foi o proporcional.

Os gêneros do discurso dos textos do corpus são as notícias e reportagens, publicados nos meses de fevereiro e março de 2002. Este período foi escolhido porque foi exatamente quando comecei a compilar o corpus, o que facilitou a coleta dos dados. Os temas das notícias e reportagens não foram necessariamente os mesmos nos dois jornais durante o período analisado, e não foram analisados apenas os textos que reportavam os mesmos acontecimentos em um e em outro, uma vez que o que estava em foco não era o conteúdo dos textos, mas sim a forma como as instituições foram neles representadas por meio do uso do discurso direto e do discurso indireto.

2.2 FERRAMENTAS DE ANÁLISE

Com o corpus já montado e revisado, usei a ferramenta *WordList*, parte integrante do *Wordsmith Tools*, programa usado em Linguística de Corpus. Foram feitas listas de palavras separadas para cada jornal, e do corpus geral para propósitos comparativos. As listas ajudaram-me a selecionar as palavras que poderiam estar funcionando como indicadoras de discurso reportado. As palavras selecionadas para a realização de concordâncias foram todas aquelas que tradicionalmente têm a função de introduzir discursos diretos e/ou discursos indiretos (como verbos de dizer – que realizam a função de processos verbais, na terminologia da LSF – e os itens *para*, de *acordo*, *segundo* e *conforme* – chamados por Thompson (1994) de *adjuntos de reportagem*). Para ter acesso ao uso dos dois pontos como sinalizador de discurso reportado, fiz também concordâncias deste item, atentando para os casos em que, sozinho, sem a presença de processos verbais, este sinal indicava a presença de discurso reportado.

A partir das palavras selecionadas na lista, utilizei a ferramenta *Concord* para localizá-las nos textos junto a seus co-textos. Nesta fase, muitas das palavras que poderiam ser usadas para sinalizar discurso direto ou indireto foram desconsideradas para análise, já que mostraram não desempenhar esta função no texto. Muitas vezes, foi necessário ampliar os co-textos ou até mesmo voltar ao texto para que tivesse certeza de sua função. Foram consideradas para as análises apenas as palavras usadas pelos repórteres efetivamente como indicadoras de discurso dos entrevistados.

2.3 PROCEDIMENTOS

Baseando-me nas afirmações de Caldas-Coulthard (1997), de que a fala representada é sempre um discurso mediado e indireto, sendo que tal representação é feita por alguém que interpreta os atos representados de acordo com seu ponto de vista (que, por sua vez, é sempre influenciado pelas ideologias das instituições às quais o falante pertence ou com as quais interage), e de que o discurso direto e o discurso indireto são usados para legitimar o que foi relatado, todo o procedimento analítico foi feito para que fossem percebidos padrões usados pelos jornalistas para indicar a representação dos discursos destas fontes. A pergunta crucial a ser respondida através das análises foi quais as possíveis diferenças na representação dos diferentes discursos, ou de que maneira os jornais representam os discursos explicitamente atribuídos a alguma fonte.

O discurso foi considerado direto quando apareceu entre aspas, e indireto quando não houve a presença de aspas para indicar o discurso representado (neste caso, o verbo de elocução e o adjunto de reportagem foram considerados como indicativos da presença explícita de outros discursos no discurso do jornal).

Agrupei os discursos representados em termos de pertença ou não a alguma instituição. Os discursos proferidos por fontes que não falavam em nome de instituições foram agrupados numa mesma categoria, como pertencentes ao domínio privado, à esfera particular: geralmente, estes discursos foram proferidos por criminosos, vítimas ou testemunhas do crime em questão, por pessoas diretamente relacionadas ao momento do crime. Quanto às fontes institucionais, foram dispostas em categorias separadas, de acordo com a instituição em nome da qual proferiram seu discurso.

A classificação dos discursos em não institucional e institucional, e destes nos vários tipos de discursos institucionais, foi feita baseada em critérios linguísticos, como o léxico dos discursos, característico da esfera pública ou da privada, e os padrões de campos semânticos e de combinações lexicais que contribuíram para indicar a relação com a instituição. Obviamente, a classificação foi feita com algum grau de subjetividade, uma vez que não há procedimentos automáticos na análise intertextual: lembrando Fairclough (1995: 77), “A análise intertextual é uma arte interpretativa que depende do julgamento e da experiência do analista”. Este autor também nos lembra que “uma categoria pode ser marcada ou evocada por até mesmo um traço textual mínimo” (Fairclough, 1995: 78).

De posse dos dados, pude chegar ao número total de ocorrências de discursos com referência explícita à fonte em cada jornal separadamente – com a separação necessária entre as representações do discurso através do discurso direto e do discurso indireto –, bem como às palavras mais utilizadas para indicar os discursos representados para, posteriormente, analisar estes dados em termos de relações de poder entre a instituição da mídia, as outras instituições sociais e os representantes não institucionais.

A etapa seguinte da pesquisa foi definir as ocorrências dos discursos representados em termos percentuais, para então analisar os dados. Volto-me, então, a elas, na seção seguinte.

3. ANÁLISES DOS DADOS

Através da análise dos dados referentes ao noticiário policial dos jornais *O Dia* e *Folha de S. Paulo*, vê-se que o número de discursos indiretos é bem maior que o de diretos nos dois jornais (ver figuras 1 e 2, a seguir), o que poderia ser considerado uma tendência

geral nas notícias e reportagens jornalísticas, corroborando as observações de Bell (1991).

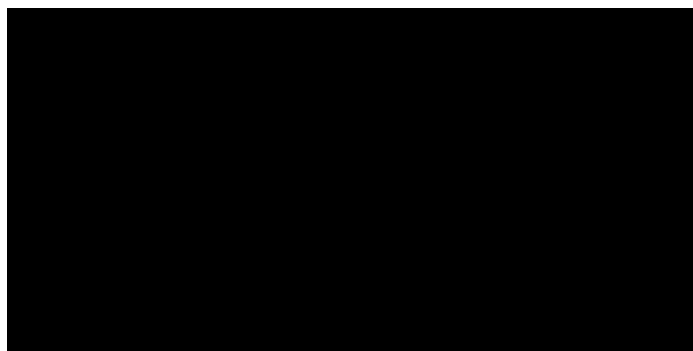


Figura 1 – Uso do discurso direto e do discurso indireto no jornal *O Dia*

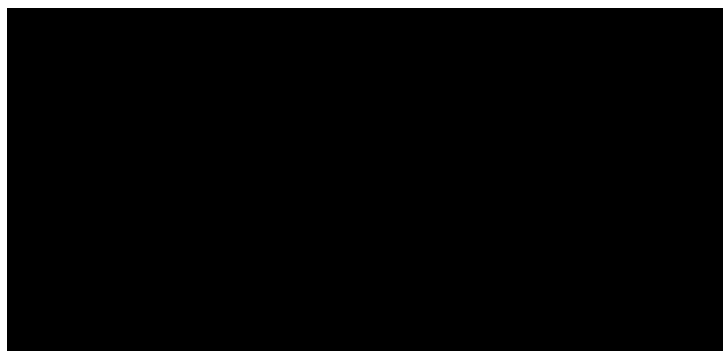


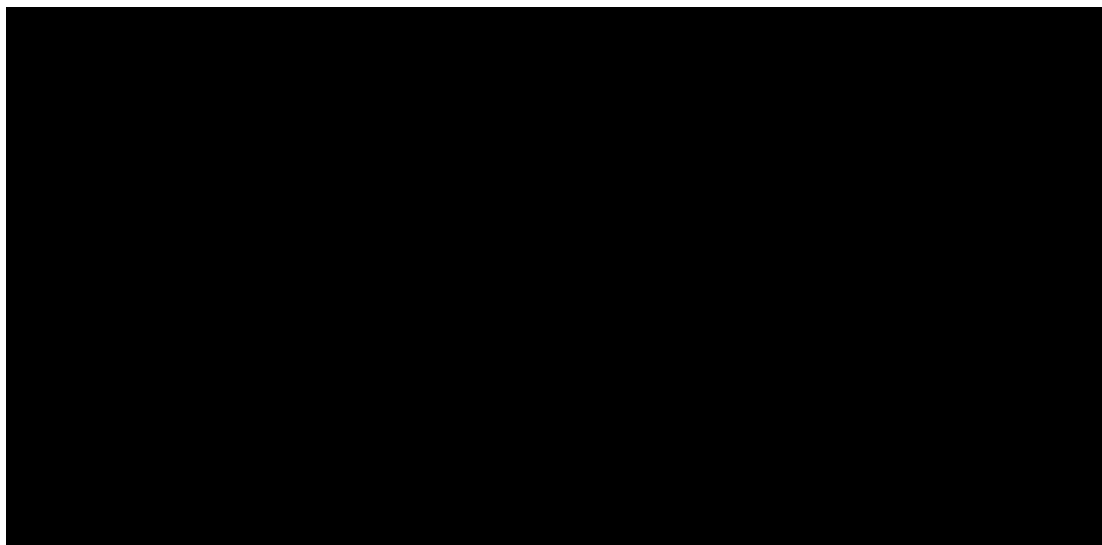
Figura 2 – Uso do discurso direto e do discurso indireto no jornal *Folha de S. Paulo*

Os discursos não institucionais foram representados mais pelo discurso indireto que pelo direto na *Folha de S. Paulo*, ao contrário do que pôde ser observado no jornal *O Dia*.

Os discursos não institucionais representaram 49% de todas as ocorrências de representações de discursos (discurso direto e discurso indireto) no corpus do jornal *O Dia*, e 51% dos discursos representados correspondem aos discursos institucionais considerados indistintamente. Este dado surpreendeu-me, pois esperava que os discursos não institucionais fossem maioria em *O Dia*, uma vez que este é considerado um jornal popular e, portanto, feito para os representantes não institucionais. Mas deve estar claro, como coloca Fowler (1991), que a mídia é uma indústria e um negócio, com um lugar definido nas nações e no mundo. Desta forma, a necessidade do lucro, as estruturas comerciais e industriais, as relações com outras instituições e tantos outros imperativos influenciam na construção e na apresentação das notícias. É imperativo ter em mente que, como coloca Fowler (1991), as fontes ligadas a instituições, notadamente as autoridades oficiais e as que apresentam status social e sucesso

comercial, são as privilegiadas pela mídia, que veicula seus discursos de maneira maciça. Ele também chama a atenção para o fato de as fontes privilegiadas serem justamente aquelas que dispõem de recursos para investir em publicidade e relações públicas, e é significativo que a maioria dos discursos representados nos dois jornais tenha sido justamente os institucionais.

Ao contrário do que ocorre no jornal *O Dia*, observa-se que a *Folha de S. Paulo* deu às instituições um acesso expressivamente maior que às pessoas cujos discursos não são institucionais (ver gráfico 1, a seguir, com a proporção geral dos discursos nos dois jornais).



No entanto, apesar do exposto acima, os discursos não institucionais – se considerados individualmente e considerando-se cada instituição separadamente – foram os que mais apareceram no jornal *O Dia*, seguidos dos discursos policiais.

Na *Folha de S. Paulo*, o número de discursos institucionais totalizou 74% de todas as ocorrências de representações de discursos, e o de discursos não institucionais, 26%, o que significaria um prestígio maior dos discursos institucionais em relação ao que foi visto no jornal *O Dia*. Na *Folha de S. Paulo* – ao contrário do que aconteceu no jornal *O Dia* –, quando separados os discursos de cada instituição, o discurso policial foi o que mais apareceu, seguido do não institucional.

No jornal *O Dia*, os discursos não institucionais foram representados mais por meio do discurso direto que do indireto, o que possivelmente significaria um prestígio destes discursos, ou uma necessidade de apresentar os atores sociais que os proferem de maneira bastante viva, interativa e dramática – o que, em termos de valores das notícias, poderia ser visto como uma ênfase no valor da vivacidade – de maneira que agrade aos leitores (ou, pelo menos, ao construto deste leitor) de *O Dia*. A *Folha de S. Paulo*, por sua vez, representou os discursos não institucionais mais por meio do discurso indireto que do direto.

Considerando-se os discursos policiais, no jornal *O Dia* eles foram representados mais sob forma de discurso indireto que direto. No jornal *Folha de S. Paulo*, os discursos policiais também foram representados mais sob forma de discurso indireto que de discurso direto, mas deve-se lembrar, neste jornal, a polícia foi a instituição que mais foi representada também sob forma de discursos diretos. No jornal *O Dia*, ao contrário, os discursos da instituição policial foram menos representados no modo direto que os não institucionais, tendo aparecido em segundo lugar.

Bourdieu (1986: 444) afirma que a referência concreta à experiência imediata está associada aos hábitos da classe trabalhadora, e que, por outro lado, “a distância, a sobrançeria, a apreciação do observador que se coloca acima da confusão”, associa-se aos hábitos da classe dominante, a burguesia. Apesar de não estarem sendo considerados outros fatores como raça e etnia, acredito que a afirmação do autor é pertinente quando aplicada aos dados do corpus da pesquisa, uma vez que o fator classe social sempre será também um dos fatores que influenciam hábitos e ideologias. Principalmente na questão do uso do discurso direto e do discurso indireto, a proposição de Bourdieu pode ser aplicada: deduz-se que o discurso direto, que foi mais usado pelo jornal *O Dia* (dirigido a classes mais desfavorecidas economicamente) que pela *Folha de S. Paulo* (dirigido a classes mais favorecidas economicamente) representa uma tentativa de mostrar um maior engajamento do falante ou escritor com o discurso representado, e que o uso do discurso indireto representa, via de regra, uma tentativa de mostrar um maior distanciamento do falante ou escritor com o discurso representado.

O maior uso do discurso indireto em ambos os jornais parece ter a ver com um imperativo do campo da mídia, de se mostrar imparcial frente aos fatos e discursos reportados. No entanto, chama a atenção o fato de um jornal usar o discurso direto em uma proporção quase tão alta quanto a de discursos indiretos, como aconteceu em *O Dia*. Como já foi dito, o uso do discurso direto parece dar o efeito de o que está sendo reportado parecer estar sendo proferido em tempo real, como uma experiência imediata, evidenciando o aspecto interativo da narrativa: parece haver um maior envolvimento do leitor, que é levado a visualizar a cena em que o discurso foi proferido, ao mesmo tempo em que o lembra que notícias são histórias contadas, que têm seus próprios personagens que, por sua vez, interagem entre si de forma viva. Assim, o uso do discurso direto parece desencadear o efeito ideológico de aproximar mais o leitor do discurso representado.

Poder-se-ia perguntar, então, se o fato de o jornal *O Dia* privilegiar de certa forma os discursos não institucionais e seus representantes significaria uma vontade de mudança social,

de dar às classes economicamente desfavorecidas vez e voz, ou se simplesmente seria unicamente uma estratégia de venda do jornal para esta camada de público. Esta discussão traz à tona as explicações de Fowler (1991), de que os jornais têm necessidade de despistar o fato de que são, na verdade, uma forma de discurso ideológico. Deve-se estreitar a lacuna entre o discurso burocrático e o pessoal, e passar a impressão de um discurso *neutro* que propaga valores *naturais*. Para tanto, os jornais lançam mão de vários recursos, como a recorrência ao universo cultural do leitor: a ideia é apresentar as notícias de modo que os leitores dos jornais sintam-se confortáveis, para que seja gerada uma identificação com seus pontos de vista. No caso dos leitores de classes mais pobres, a recorrência à voz pessoal, à personalização, é desejável, assim como a ideia da conversação.

No corpus da *Folha de S. Paulo*, como pode ser visto no Gráfico 2 (a seguir), os verbos performativos ilocucionários, que indicam ao leitor um caminho para a interpretação do discurso representado, foram usados em 34,6% das representações de discursos. Já em *O Dia*, a proporção do uso destes verbos na representação dos discursos foi maior: esta categoria foi usada em 50,2% de todas as representações de discursos.

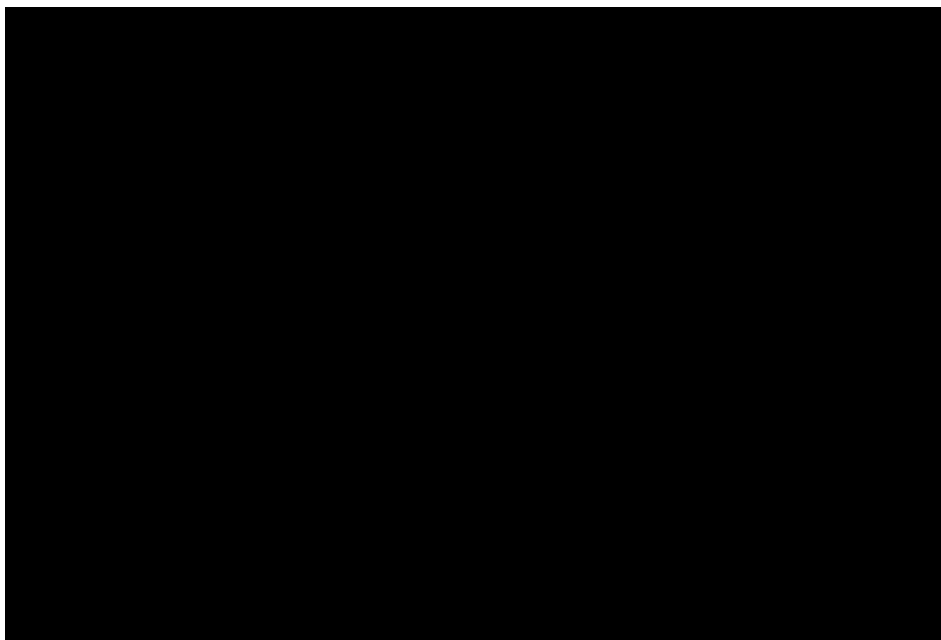


Gráfico 2 – Representação geral dos discursos nos jornais Folha de S. Paulo e O Dia

Os verbos neutros foram usados pela *Folha de S. Paulo* em 28% de todas as ocorrências de representações de discursos, e em *O Dia*, estes verbos foram usados em 20% de todas as representações de discursos. Percebe-se que o uso desta categoria foi quase similar nos dois jornais. No entanto, registre-se o fato de que o jornal *O Dia* utilizou um número bem

maior de verbos performativos ilocucionários e um pouco menor de verbos neutros do que a *Folha de S. Paulo*.

Tudo isso mostra que o jornal *O Dia* efetivamente fez um uso maior de verbos que nomeiam a proposição do falante para representar os discursos de suas fontes do que o fez o jornal *Folha de S. Paulo*, o que demonstra pelo menos uma tentativa de demonstrar neutralidade por parte deste último.

Os adjuntos de reportagem foram mais usados na *Folha de S. Paulo* que em *O Dia*, possivelmente porque o discurso indireto foi mais usado pela primeira que pelo segundo. Este fato também é significativo, uma vez que o uso do discurso indireto indica um certo afastamento, uma certa distância, e certamente um menor engajamento que quando se faz uso do discurso direto. Isso, mais uma vez, corrobora a hipótese de Bourdieu (1986) de que é típico das classes trabalhadoras um maior envolvimento com os fatos, e da classe média, certa reserva quanto a eles.

Outro fato que chama a atenção é o uso da categoria de verbos descritivos para sinalizar discursos representados no jornal *O Dia*, categoria esta que pode ser observada em 0,3% das ocorrências totais de representações de discursos. Esta categoria descreve o ator social que profere o discurso, e seu uso remete o ouvinte/leitor, através do apelo à imaginação, ao aspecto cênico da interação, o que confere à categoria uma carga dramática. É interessante que o uso desta categoria verbal tenha sido feito justamente pelo jornal *O Dia* (que é dirigido a classes mais desfavorecidas economicamente), que parece envolver mais seu leitor na narrativa jornalística. Mesmo que seu uso tenha sido pequeno, não deixa de ser significativo.

Também chama a atenção o fato de o número de discursos indicados com ajuda unicamente de sinais de pontuação ter sido maior em *O Dia* que na *Folha de S. Paulo*. Isso, de acordo com Thompson (1994), indicaria um alto grau de engajamento com o discurso representado, uma vez que este é apresentado primeiro, e só depois é feita a referência à fonte, o que cria um efeito de ambigüidade para o leitor, que se fixa mais na oração ou expressão representada que na representante – que, muitas vezes, passa despercebida. A seguir, apresento algumas reflexões e observações com o intuito de tornar mais claros e contundentes os caminhos analíticos aqui propostos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a discussão apresentada na seção anterior gira em torno da hegemonia de discursos institucionais no discurso da mídia. Conforme Bell (1991), o que os jornalistas reportam normalmente é fala, e não ação, como acontece em todas as vezes em que são utilizadas as fontes cujos discursos são representados. No entanto, somente as falas de determinadas pessoas podem ser transformadas em notícias. De acordo com Bell, as notícias são basicamente o que uma fonte de autoridade conta a um jornalista.

Segundo este autor, a maneira mais provável de vermos representados na mídia aqueles que não são *fontes de autoridade*, que não pertencem à elite, é como vítimas de um crime, de um acidente ou de um desastre, o que pôde ser observado no corpus analisado. A explicação para isto é basicamente política e econômica.

A hegemonia do discurso institucional observada nos jornais analisados e, possivelmente, nos outros jornais brasileiros, é consequência de uma série de fatores – entre eles, além do prestígio das fontes oficiais, os imperativos do lucro, que fariam com que os discursos de instituições que patrocinam de alguma forma o funcionamento dos jornais (seja sob forma de publicidade, seja de relações públicas) sejam os preponderantes. Afinal, sabe-se, conforme o jornalista Alberto Dines (1996), que o que sustenta os jornais não são as vendas, mas o dinheiro advindo da publicidade – e, portanto, nesta lógica, de mercado, quem deve receber o maior destaque são as instituições, mais do que os leitores/consumidores.

Segundo Dines (1996), há ainda outro fator que contribui para o atual perfil da imprensa: os jornalistas mais experientes foram simplesmente eliminados das redações, que passaram a contar com um quadro de profissionais de maioria de jovens estimulados por uma competição selvagem, sem experiência e com pouca ou nenhuma responsabilidade política. Sendo assim, a imprensa se fragiliza diante das várias agressões oriundas do contexto econômico – dentre elas, os imperativos do lucro a qualquer preço.

Acredito que o interesse de fazer um bom jornal exista em praticamente todas as redações – e que não seja diferente com as da *Folha de S. Paulo* e de *O Dia* –, pois a ausência de credibilidade advinda de uma apuração inexata ou errônea ameaça inclusive a sobrevivência de um jornal. No entanto, é fato, como pôde ser comprovado através desta pesquisa, que diferentes atores sociais são representados de diferentes maneiras para diferentes leitores, de acordo com os interesses em jogo na interação social.

Dentre as instituições, a Polícia foi a que teve o maior número de discursos representados na mídia no período analisado, nos dois jornais. Curiosamente, os discursos

policiais tiveram praticamente a mesma proporção nos dois jornais: 36% em *O Dia* e 35% na *Folha de S. Paulo*. Apesar disso, pôde-se notar, através da análise das concordâncias de alguns verbos de elocução, que a Polícia, apesar da numerosa presença de seus discursos em *O Dia*, não foi em geral representada de forma positiva neste jornal. Muitas das vezes em que foi chamada para informar algum fato, o conteúdo das informações era desfavorável a ela (como pôde ser visto quando da análise das linhas de concordância). Muitas das notícias veiculadas pelo jornal no período analisado eram sobre aspectos negativos da Polícia, o que não aconteceu no jornal *Folha de S. Paulo*.

Se há algum vilão neste jornal, é o governo estadual, e não propriamente a Polícia – que, apesar de ser subordinada a ele, tem alguma autonomia, mas não é a única responsável pelos crimes e pelos problemas de segurança pública em geral, que são, antes, problemas dos governantes. A *Folha de S. Paulo* parece não operar com a dicotomia, com o binarismo de sempre opor os representantes policiais aos não institucionais, considerando outros fatores nesta complexa equação. Na maioria das vezes, a polícia é vista como aliada da população; em outras, como sua algoz, o que deixa claro que os papéis dos atores sociais neste jornal não são tão marcados.

Ora, trabalhar com extremos, como no caso do jornal *O Dia*, acaba por construir a subjetividade do leitor como alguém com visão restrita, incapaz de problematizar os fatos apresentados como dados. A Polícia é vista como ameaçadora mas, ao mesmo tempo, seu poder e sua autoridade não parecem estar sendo problematizados em momento algum, como acontece quando vê-se que, neste jornal, os policiais não *confessam* seus erros, sendo, antes, chamados constantemente a levantar suspeitas, a *declarar* e a *informar* sua versão dos fatos. Tudo isso parece indicar que, neste jornal, as coisas tendem a ser mantidas como são. Representar a Polícia como ator social representando um papel de vilão parece ter o propósito de agradar aos leitores de *O Dia* que, se tiverem o cuidado de problematizar esta representação, verão que a face de autoridade e legitimidade da Polícia ainda é preservada – ou, mesmo, cultivada.

De maneira análoga, os crimes que envolvem as camadas pobres da população são sempre noticiados, e estas são constantemente chamadas a dar sua versão dos fatos: o problema é a maneira como esta é reportada. Aos representantes não institucionais não é dado o direito de *suspeitar* nem de *declarar* algo – mas, frequentemente, estes são chamados a *contar*, que, ideologicamente, não tem o mesmo efeito de quando são usados os verbos de elocução anteriores na representação dos discursos. Ao mesmo tempo, quando são usados neste jornal os verbos *confessar* e *admitir*, quase sempre são os discursos não institucionais

que estão sendo representados. *O Dia* parece não dar aos representantes não institucionais a oportunidade de serem representados como uma ameaça ao poder da Polícia, já que este jornal denuncia os crimes e a violência da própria Polícia, mas de uma maneira tímida, informal, pouco categórica e pouco afirmativa: *afirmar*, aliás, é um verbo muito mais usado para representar discursos policiais que os não institucionais.

Colocar os representantes policiais e os não institucionais nestes papéis tão marcados pode ser perigoso, pois se o leitor não vislumbra uma saída, acaba por ter que confiar unicamente no jornal como defensor do interesse público – e isto pode ter o efeito ideológico de legitimar mais e mais as posições deste jornal.

A questão colocada aqui é que é preciso observar não só o conteúdo do discurso reportado, mas também como isto é feito; desta maneira, não é só por estar noticiando fatos negativos sobre a Polícia que o jornal necessariamente se posiciona contra a instituição. De maneira análoga, não é só por estar noticiando os dramas populares que o jornal estaria necessariamente a favor dos representantes não institucionais.

Deve-se, entretanto, notar que os atores sociais que proferem os discursos não institucionais no jornal *O Dia* são diferentes dos que os proferem no jornal *Folha de S. Paulo*. Neste, a idéia que prevalece é a dos discursos não institucionais relacionados a fontes de classe média ou alta, classes às quais pertence a maioria de seu público-leitor. Já no caso do jornal *O Dia*, a voz que profere os discursos não institucionais está relacionada à das pessoas que pertencem à classe média baixa e à classe baixa. Desta forma, os atores sociais que proferem os discursos não institucionais – que, de alguma forma, representam o discurso dos próprios leitores – são, na *Folha de S. Paulo*, representados como tendo direito a *informar*, a *declarar* e a *suspeitar*, mas, tendo em vista seu público leitor, não é difícil concluir que de fato eles podem ter este poder. As classes mais desfavorecidas economicamente foram representadas, na *Folha de S. Paulo*, sobretudo pelos discursos dos criminosos, uma vez que, pela leitura do corpus de pesquisa, percebi que até as vítimas destes crimes, em sua maioria, são pessoas pertencentes a classes mais favorecidas economicamente (vide o enorme volume de notícias de sequestros, tipo de crime que mais foi noticiado no jornal em questão durante o período de tempo analisado). Já no jornal *O Dia*, os representantes não institucionais são ou vítimas, ou criminosos, ou testemunhas – mas, mesmo que numericamente seus discursos apareçam mais, é certo que, invariavelmente, são representados de uma maneira naturalizada pelo senso comum: estes atores *falam*, *contam*, *dizem*, mas nunca *informam*, *suspeitam* ou *declaram*.

Apesar de os discursos não institucionais terem aparecido em maior quantidade que os policiais no jornal *O Dia*, observa-se que a maioria destes discursos era de vítimas (muitas vezes, de vítimas da Polícia) ou de criminosos confessando seus crimes. No caso da *Folha de S. Paulo*, ao contrário, a Polícia parece ser vista como defensora da moral e da ordem, como defensora dos interesses públicos, haja vista o pequeno número de vezes em que foram noticiados crimes que envolviam policiais. No entanto, os atos criminosos, a cena e o momento dos crimes, são mais representados em *O Dia*, enquanto que na *Folha de S. Paulo* os crimes são tratados de maneira mais ampla, de modo que um único crime tende a ser visto e analisado de diversas maneiras e por diversas pessoas e, geralmente, é feita uma série de reportagens com o mesmo tema. Apesar de o jornal *O Dia* se mostrar do lado dos representantes não institucionais, estes parecem não ser encorajados a mudar sua atitude diante dos fatos, visto que, a começar pelo jornal, seus discursos – conforme foi dito anteriormente –, nunca são designados com verbos que são associados a um maior crédito por parte da mídia: estes atores pouco afirmam, antes falam; não informam, contam; não declaram, confessam. A própria Polícia é representada de maneira tão ameaçadora que não encoraja ninguém a fazer nada contra ela, uma vez que é difícil enfrentar alguém que *rosna* e *esbraveja* (estes fora, de fato, usados pelo jornal para reportar discursos policiais).

A hegemonia faz-se representar como um equilíbrio instável de forma especialmente visível no jornal *O Dia*, uma vez que os discursos não institucionais parecem “ameaçar” os discursos institucionais, quase esbarrando em número de ocorrências – tendo sido maior que o de qualquer instituição considerada de forma particular. A análise dos contextos de aparecimento de alguns verbos mostrou que o status da instituição Polícia é atacado, mas até certo ponto, já que, como já foi dito, o jornal se vale de estratégias sutis que direcionam a leitura do conteúdo reportado.

O noticiário policial é rico em temas para futuras pesquisas, que seriam bem-vindas principalmente porque praticamente não há pesquisas sobre ele. Devido aos propósitos desta pesquisa, agrupei todos os discursos não institucionais em um bloco único, mas acredito que trabalhar a sua divisão em grupos, como o das vítimas, o das testemunhas, o dos criminosos e outros que por ventura apareçam, poderia ser uma maneira de aprofundar o estudo da sua representação nos gêneros notícia policial e reportagem policial. O estudo da função interpessoal expressa por meio da modalidade, assim como uma análise da composição visual do noticiário policial também podem ser apontados como de bastante interesse.

O que fica muito claro, depois de todas essas análises, é o duplo papel do discurso na sociedade, no sentido de representar e, ao mesmo tempo, construir a realidade social. Os dois

jornais em questão basicamente agem de maneira semelhante, e não fazem mais que representar e, ao mesmo tempo, construir a subjetividade de seus leitores na interação construída por meio dos gêneros notícia e reportagem policial. A partir de um construto destes, os jornais os representam, por meio da tentativa de estabelecer uma identificação com os atores sociais das notícias, da maneira que mais convém a seu público (e a seus patrocinadores) que, de certa maneira, se vê representado nelas. Com isso, seus donos conquistam seu público-alvo, estabelecem relações com as instituições da maneira que mais convém a ambos – mantendo sua credibilidade e confiança junto às instâncias oficiais –, ganham dinheiro com as vendas e com a publicidade e, principalmente nos casos do noticiário policial, exercem uma dupla função de, ao mesmo tempo em que denunciam as falhas no sistema social, lembram a todo instante que há uma moral a ser seguida. Aqueles que fugirem à regra são marginalizados, e ganham o “prêmio” de virarem manchete das páginas policiais. Quanto maior o delito, maior o destaque. A ironia é que, devido ao critério da negatividade e ao da imprevisibilidade, o jornal precisa dos criminosos, que rendem grandes notícias.

A função de mediação entre as diversas instituições sociais e o público, manifesta na prática discursiva, é feita nos jornais analisados, via de regra, de maneira normativa, de modo que seja mantida a hegemonia do discurso institucional, especialmente o da Polícia e o da Política, ainda que haja uma tentativa de despistar este fato.

A ordem do discurso do campo da mídia parece refletir exatamente a mediação que esta exerce entre os diversos campos e entre o público leitor. Para a mídia garantir sua sobrevivência e seu status, todas as instâncias mediadas devem ser, senão agradadas, no mínimo não muito prejudicadas por ela. Ao mesmo tempo, o jornalismo ético, a função de defender os interesses públicos, também deve ser mantida, sob pena de os jornais perderem credibilidade e leitores.

Chamo a atenção para o caráter construtivo da linguagem, especialmente a da mídia: lamentavelmente, a condição das classes mais desfavorecidas parece ser mantida intacta quando é representada nos jornais, e um primeiro passo para reverter este quadro poderia ser dado pela mídia. Pelo discurso, a realidade pode começar a ser moldada, para uma realidade mais justa, de mais esperança e, principalmente, de melhor acesso à palavra.

A análise textual, efetuada com os subsídios da Linguística de Corpus, mostrou-se de grande valor para a Análise Crítica do Discurso. É possível afirmar que através da análise da transitividade, sistema que tem a função de representação do mundo e das idéias – e mesmo, como no caso específico desta pesquisa, quando se analisa uma única categoria de processos (aqui, os verbais) – pode-se problematizar muitos pontos sobre as ideologias e as hegemonias

presentes em uma instituição. A Análise Crítica do Discurso, neste caso aliada à Linguística de Corpus, mostrou ser uma importante ferramenta para a análise social, com a análise intertextual mostrando-se imprescindível no processo de fazer a ponte entre o texto e o contexto.

REFERÊNCIAS

1. BELL, Allan. *The language of the news media*. Oxford: Blackwell, 1991.
2. BERBER SARDINHA, Antônio Paulo. Linguística de Corpus: Histórico e Problemática. *Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo, v.16, n.2, p.323-367, 2000. Disponível na Internet no endereço www.corpus.f2.com/tony.pdf
3. BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randi. *Corpus Linguistics: investigating language structure and use*. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
4. BOURDIEU, Pierre. *Distinction – A social critique of the judgement of taste*. Cambridge: Polity, 1986.
5. CALDAS-COULTHARD, Carmem Rosa. On reporting reporting: the representation of speech in factual and factional narratives. In: COULTHARD, Malcom. *Advances in Written Text Analysis*. London: Routledge, 1994.
6. CALDAS-COULTHARD, Carmem Rosa. *News as social practice: a study in critical discourse analysis*. Florianópolis: Pós- Graduação em Inglês/ UFSC, 1997.
7. CHIBNALL, Steve. *Law and Order News*. London: Tavistock, 1977.
8. DINES, Alberto. Tendências no jornalismo brasileiro. In: DINES, Alberto; MALIN, Mauro. *Jornalismo Brasileiro: no caminho das transformações*. São Paulo: Banco do Brasil, 1996.
9. FAIRCLOUGH, Norman. Discourse representation in media discourse. *Sociolinguistics*, v.17, 1988.
10. FAIRCLOUGH, Norman. Critical discourse analysis and the marketization of public discourse: the universities. *Discourse & Society*, Vol. 4 (2), 1993.
11. FAIRCLOUGH, Norman. *Discourse and Social Change*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
12. FAIRCLOUGH, Norman. *The discourse of news media*. London: Edward Arnold, 1995.
13. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

14. FIRTH, John Rupert. The technique of semantics. *Transactions of the Philological Society*, 1935.
15. FOWLER, Roger. *Language in the News*. London: Routledge, 1991.
16. HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An Introduction to Functional Grammar*. London: E. Arnold, 1985.
17. KENNEDY, Graeme. *An Introduction to Corpus Linguistics*. 2nd impression. London: Longman, 1988.
18. MALDONADO, Concepción. *Discurso Directo y Discurso Indirecto*. Madrid: Taurus Universitaria, 1991.
19. PEDRO, Emília Ribeiro (org). *Análise Crítica do Discurso – Uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997.
20. RODRIGUES, Adriano Duarte. *Estratégias de Comunicação*. Lisboa: Ed. Presença, 1988.
21. STUBBS, Michael. *Text and Corpus Analysis*. Cambridge, Massachussets: Blackwell Publishers, 1996.
22. THOMPSON, Geoff. *Collins Cobuild English Guides 5: Reporting*. Glasgow: HarperCollins Publishers, 1994.
23. VAN DIJK, Teun. Discourse and cognition in society. In CROWLEY, D.; MITCHELL, D. (eds). *Communication Theory Today*. Oxford: Pergamon, 1993.

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar a representação dos discursos das fontes jornalísticas no noticiário policial dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Dia*. Foram analisados dois meses de notícias e reportagens policiais de cada jornal, e os referenciais teórico-metodológicos usados foram os da Linguística de Corpus e da Análise Crítica do Discurso. A análise dos resultados aponta para diferenças no modo de representação dos atores sociais na interação jornal-leitor, assim como para diferenças nos modos de construção da subjetividade dos leitores dos dois jornais. Conclui-se que o modo de representar os vários discursos presentes nas notícias e reportagens jornalísticas é indicativo de ideologias, e que o estudo das ordens do discurso aponta relações de poder e hegemonias que norteiam a representação dos fatos. Espera-se que o conhecimento das questões e resultados ora apresentados sejam úteis à comunidade científica, uma vez que há poucas pesquisas feitas sobre o tema abordado, especialmente nas áreas da Linguística que orientaram este trabalho. Espera-se também que o artigo possa ser relevante para a comunidade de jornalistas e produtores de jornais – uma vez que trata de tema pertinente à sua prática profissional –, bem como aos leitores de jornais – que estão em contato diário com as notícias jornalísticas, que são a materialização das práticas discursivas aqui abordadas.

PALAVRAS-CHAVE: análise crítica do discurso; reportagens policiais; processos verbais; representação do discurso.

ABSTRACT: This study aims at analyzing discourse representation of journalistic sources in crime news reports in two Brazilian newspapers, *Folha de S. Paulo* and *O Dia*. A corpus of crime news reports from each newspaper has been collected for two months. The theoretical and methodological support of Corpus Linguistics and Critical Discourse Analysis has been taken on board. Data analysis points to differences in the way social agents are represented in the newspaper-reader interaction, as

well as to differences in the way the readers' subjectivity is constructed in them. The study suggests that the mode of representing different discourses in crime news reports is indicative of ideologies and that the orders of media discourse are indicative of power relations and hegemony in the representation of facts. It is desired that the results presented here benefit the scientific community, once there are few researches about discourse representation, especially in the Linguistic areas approached in this paper. It is also desired that this paper can be relevant to the journalists community – once it is about a topic that concerns its professional practice – and to the journal's readers, who is daily exposed to the journal's news, which are the materialization of the discursive practices approached here.

KEYWORDS: critical discourse analysis; crime news reports; verbal processes; discourse representation.

Recebido no dia 05 de junho de 2009.

Artigo aceito para publicação no dia 01 de agosto de 2009.